



Revista Eletrônica Multidisciplinar Pindorama
do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia – IFBA
Nº 01 – Ano I – Agosto/2010 – www.revistapindorama.ifba.edu.br

Avaliação dos planos, programas e projetos de resíduos sólidos do Plano de Desenvolvimento Diretor Urbano do município de Porto Seguro, Bahia

Prof^a. Michele da Silva Ferreira Bandeira

Especialista em Gerenciamento Ambiental, Universidade Católica do Salvador (UCSAL). Salvador, Bahia, Brasil.
mitchele_silva@hotmail.com

Prof. Alberto José Tavares

Especialista em Faltas e Avarias e nos Procedimentos para Reclamação de Contaminação e Perdas de Cargas, Universidade Católica do Salvador (UCSAL). Salvador, Bahia, Brasil
albertotavares@uol.com.br

Prof. Dr. Marcus Luciano Souza de Ferreira Bandeira

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia – IFBA
Campus Porto Seguro, Bahia, Brasil.
marcusbandeira@ifba.edu.br

RESUMO

A destinação final adequada de resíduos sólidos, atualmente, é considerada como um dos principais problemas de qualidade ambiental que afeta todas as cidades brasileiras. Porto Seguro, localizada no Extremo Sul da Bahia, é um dos mais importantes roteiros turísticos litorâneos do Estado e os impactos ambientais causados pelo turismo de massa e o descarte impróprio dos resíduos sólidos são diversos. Neste sentido, o presente trabalho tem como objetivo, avaliar os programas, planos e projetos de resíduos sólidos do Plano de Desenvolvimento Diretor Urbano do Município de Porto Seguro. Para isso foi realizado um levantamento bibliográfico por meio de pesquisa documental em órgãos do estado e em meio eletrônico, conversa informal com profissionais da Prefeitura do Município. Verificou-se que a condição de limpeza da cidade varia durante todo ano em função do grande fluxo de turistas que a cidade recebe. Atualmente são destinados no aterro sanitário de 80 a 100 ton/dia na baixa estação e 140 ton/dia na alta estação. Em relação ao Plano Diretor Municipal, pode-se inferir que atende aos requisitos do Estatuto da Cidade apresentando seus objetivos, as diretrizes, e princípios

norteando o desenvolvimento urbano sustentável. Apresenta diversos planos e projetos para melhorar a qualidade ambiental, no entanto, tais planos e projetos, por enquanto, só estão no papel. É necessário que as ações propostas sejam de fato executadas pelo poder público competente, juntamente com a população em bases legais.

Palavras - chave: plano diretor, resíduos sólidos, gestão de resíduos.

INTRODUÇÃO

Porto Seguro, localizada no Extremo-Sul da Bahia, é na atualidade um dos mais importantes roteiros turísticos em escala de beleza do Brasil.

O princípio dos anos 90 foi determinante para o crescimento populacional de Porto Seguro e, conseqüentemente, para a ampliação do processo de urbanização, ao passo que crescia a atividade turística, cresciam também os problemas sócio-ambientais. Neste contexto, destaca-se o contínuo desmatamento e a destruição de áreas remanescentes de Mata Atlântica, o aumento da produção de resíduos sólidos (RS) entre outros problemas ambientais.

No município constatam-se ações predatórias associadas às atividades de lazer. O descarte aleatório de resíduos sólidos principalmente latas, plásticos e vidros nas praias e em pontos turístico é uma realidade. A destinação dos resíduos sólidos compreende um problema atual que afeta todas as cidades do Brasil e do mundo.

Um manejo impróprio desses resíduos provoca pontos críticos com lixo acumulado por toda parte, concentrações de entulho e áreas degradadas por disposição inadequada de resíduos.

Deste modo se evidencia a importância de planos, projetos e programas em todas as esferas governamentais que envolvam os resíduos sólidos. As ações destes devem ser direcionadas para a criação de uma combinação de instrumentos de inclusão social, econômicos e ambientais.

Como exemplo, pode-se destacar os programas de educação ambiental, que devem ser atividades rotineiras dentro do sistema de gestão e que, realmente, funcionem como um canal de comunicação com a população, como a melhor alternativa para mudar atitudes e sedimentar hábitos.

Este trabalho tem como objetivo avaliar os planos, programas e projetos de resíduos sólidos urbanos do Plano de Desenvolvimento Diretor Urbano (PDDU) do Município de Porto Seguro, Bahia.

1. A problemática resíduos sólidos

Um dos problemas ambientais das cidades contemporâneas é a geração excessiva de resíduos sólidos urbanos (RSU), as sobras da civilização, os restos orgânicos das cozinhas, as embalagens que envolvem os produtos consumidos no dia-a-dia, os pneus e as garrafas de refrigerantes e água mineral (AZEVEDO, 2004).

As mudanças nas características dos resíduos sólidos vêm ocorrendo desde a década de sessenta (1960), época em que houve sensível aumento de sua geração, principalmente do lixo doméstico, devido à substituição de inúmeros produtos, que passaram, após o primeiro uso, de duráveis a descartáveis. Para Reveilleau (2007), “pode-se elencar os seguintes exemplos: as garrafas de vidro (de leite) foram substituídas por sacos plásticos e, a seguir, pela caixa longa vida; as garrafas de vidro (de cervejas e refrigerantes) foram substituídas por latinhas e garrafas de PET”.

Entretanto, não foram criadas estruturas de coleta seletiva suficientes para dar destinação aos grandes volumes de resíduos gerados diariamente pela sociedade, sobrando, praticamente, aos governos municipais o gerenciamento adequado dos mesmos.

Considerando as tendências mundiais, a pressão por um meio ambiente mais equilibrado e a consolidação de uma nova realidade sócio-ambiental para o enfrentamento do problema dos resíduos sólidos, faz-se necessário reunir esforços para o conhecimento de medidas que minimizem a geração dos RSU ou destinem os resíduos de forma menos impactante ao meio ambiente.

A minimização dos RSU, dentre as novas formas de gestão, faz parte das medidas para a redução de impactos ambientais e degradação de áreas, provocados pelo uso irracional dos recursos naturais, pela intensa geração de resíduos sólidos e sua disposição inadequada.

2. Conceituação e classificação

Segundo a Norma Brasileira Registrada (NBR) 10.004 (Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, 2004), os resíduos sólidos são definidos como:

“Resíduos nos estados sólidos e semi-sólidos, que resultam de atividades de origem industrial, doméstica (domiciliar), hospitalar, comercial, agrícola, de serviço e de varrição. Ficam incluídos nesta definição os lodos provenientes de sistema de tratamento de água, aqueles gerados em equipamentos, instalações de controle de poluição, bem como determinados líquidos cujas particularidades tornem inviável o seu lançamento na rede pública de esgoto ou corpos d’ água, ou exijam, para isso, soluções técnicas e econômicas inviáveis em face à melhor tecnologia disponível”.

O deputado federal Emerson Kapaz (PPS-SP) relator do projeto de Lei que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos – PNRS (em trâmite no Congresso), no seu Art 7º, inciso XIII, define os resíduos: resíduos no estado sólido e semi-sólido, que resultam de atividades de origem urbana, industrial, de serviços de saúde, rural, especial ou diferenciada;

A literatura corrente classifica os resíduos sólidos quanto à sua origem e quanto aos riscos potenciais de contaminação do meio ambiente. Quanto à origem: doméstico ou residencial, comercial, público (entulho) e de fontes especiais (industriais, radioativos, dos serviços de saúde, agrícolas e de portos, aeroportos e terminais rodoviários) (SANCHES, 2004).

Ainda de acordo com NBR 10.004 (ABNT, 2004) os resíduos sólidos são classificados como:

- a) Resíduos Classe I – Perigosos – São todos os resíduos que podem apresentar risco à saúde pública e ao meio ambiente;
- b) Resíduos Classe II - Não Perigosos;

Para o projeto de Lei que institui a PNRS, no Capítulo II, Seção I, Art. 11, os resíduos serão classificados: I - Quanto à origem; II - Quanto à finalidade.

Os resíduos sólidos podem também ser classificado de acordo com sua fonte geradora em resíduos sólidos urbanos (domiciliares, serviços de saúde, construção e demolição, poda e capina) e resíduos sólidos industriais (indústrias de transformação, rejeitos radioativos, rejeitos agrícolas) (FRÉSCA, 2007).

3. Aspectos Legais Ambientais

A Constituição Federal Brasileira no Capítulo VI (DO MEIO AMBIENTE), Art. 225, garante a todos o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, e ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

A Constituição do Estado da Bahia em 1989, no seu Capítulo VIII (DO MEIO AMBIENTE), garante o dever constitucional do Poder Público na defesa do meio ambiente.

A ABNT, responsável pela normalização técnica no país, disciplinou a questão dos resíduos por meios de diversas normas sumarizadas na tabela 01.

NORMA	NÚMERO	ANO	TIPO
NBR	10004	2004	Classificação de Resíduos Sólidos
NBR	8849	1985	Apresentação de projetos de Aterros Controlados
NBR	11175	1990	Incineração de resíduos sólidos perigosos
NBR	12980	1993	Coleta, varrição e acondicionamento de resíduos sólidos
NBR	13463	1995	Coleta de resíduos sólidos
NBR	13591	1996	Compostagem
NBR	12809	1993	Manuseio de Resíduos Sólidos de Serviços de Saúde
NBR	12810	1993	Coleta de Resíduos de Serviços de Saúde
NBR	14652	2001	Coletor – transportador rodoviário de resíduos sólidos de serviços de saúde.
NBR	15116	2004	Agregados reciclados de resíduos sólidos da construção civil – utilização em pavimentação e preparo de concreto sem função estrutural

Tabela 01 - Normas da ABNT que tratam dos resíduos sólidos e semi-sólidos

O Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA, por seu turno, expediu várias resoluções, especificamente voltadas ao controle dos resíduos sólidos, em especial a 348/2004 que trata das Diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil, haja vista o ritmo da construção civil em Porto Seguro ser intenso e desordenado.

Em 6 de Setembro de 2007, é encaminhada à apreciação do Congresso Nacional uma proposta de Política Nacional de Resíduos Sólidos. O projeto de Lei nº. 1991/07, que tem como relator o deputado federal Emerson Kapaz, possui 32 artigos. Estabelece diretrizes, instrumentos, responsabilidades e proibições para o gerenciamento dos resíduos sólidos no país, dentre outras providências.

DESENVOLVIMENTO

4. Caracterização da área de estudo

O município de Porto Seguro (foto 1), latitude 16° 26's e longitude 39° 05'w, situa-se na região do Extremo Sul da Bahia, estendendo-se por uma superfície de 2.406 Km², distante 707 Km de Salvador, cuja sede está situada a uma altitude de 4 metros (CONDER, 1997).



Foto 1 – Localização do Município de Porto Seguro.

Fonte: AEROIMAGEM S.A.

Limita-se ao norte com os municípios de Santa Cruz de Cabrália e Eunápolis, ao sul com os municípios de Prado e Itamaraju, a oeste com o município de Guaratinga e a leste com o Oceano Atlântico (CONDER, 1997).

O acesso à cidade de Porto Seguro, é feito inicialmente partindo de Salvador pela BR – 324 até o Km 92, em seguida o percurso é feito através da BR – 101. Percorre-se 550 Km sentido sul, passando por cidades como Cruz das Almas, Santo Antônio de Jesus, Gandu, Itabuna e Eunápolis, atingindo-se cidade de Eunápolis, percorre-se 62 Km, através da BR – 367, no sentido leste, até chegar a Porto Seguro (CONDER, 1997).

5. Metodologia

Para alcançar os objetivos propostos nesta pesquisa foram executados os seguintes procedimentos metodológicos:

- Coleta de dados secundários por meio de:
 1. Pesquisa bibliográfica sobre: resíduos, resíduos sólidos (RS), resíduos sólidos urbanos (RSU), desenvolvimento sustentável, legislação aplicada ao meio ambiente, políticas públicas, gestão ambiental, impacto ambiental, município de Porto Seguro;
 2. Entrevistas com profissionais da Secretaria de Meio Ambiente e de Infra – Estrutura da Prefeitura de Porto Seguro e com o responsável pelo gerenciamento do Aterro Sanitário Municipal;
 3. Contato por meio eletrônico (e-mail) com Organizações Não Governamentais (ONG's) do município;
 4. Pesquisa documental em órgãos do Estado da Bahia: Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia (Conder) e Instituto de Meio Ambiente (IMA), sobre resíduos sólidos, resíduos sólidos urbanos, município de Porto Seguro, gestão de resíduos sólidos, legislação e normas;
 5. Pesquisa cartográfica (mapas);
- Observação direta;
- Análise crítica do Plano Diretor do Município de Porto Seguro;
- Análise dos dados (Levantamentos Estatísticos).

- Os dados, entrevistas e visitas de campo as áreas de estudo e aterro sanitário de Porto Seguro foram realizadas no período de Junho a Novembro de 2008.

RESULTADO E DISCUSSÃO

6. Resíduos sólidos no município de Porto Seguro

Após a implantação da BR-101 na década de 70, Porto Seguro experimentou a mais rápida expansão turística. Passou a absorver contingentes populacionais migratórios, devido à presença desse novo canal de tráfego (AZEVEDO & SILVEIRA, 2004). No entanto, a oferta de infra-estrutura e os serviços urbanos apresentaram-se num ritmo bastante descompassado em relação ao que requer o desenvolvimento urbano.

Pesquisas formuladas por órgãos ligados ao setor de turismo revelam que as condições de limpeza somadas à beleza da paisagem natural e ao atendimento dos serviços oferecidos formam o tripé da economia turística (AZEVEDO & SILVEIRA, 2004).

A condição de limpeza da cidade de Porto Seguro varia durante todo ano em função do grande afluxo de turistas que a cidade recebe (tabela 02). A estrutura do sistema de limpeza da cidade sofre incremento na alta estação (CONDER, 1997).

LOCALIDADE	PRODUÇÃO DE LIXO (Kg/dia) 1996				
	POP. RESIDENTE	POPULAÇÃO FLUTUANTE		TOTALS	
		Baixa ¹ Estação	Alta ² Estação	Baixa ¹ Estação	Alta ² Estação
Porto Seguro - Sede	24.838	12.953	19.172	37.791	44.010
Arraial D'Ajuda	2.151	5.831	7.648	7.982	9.799
Trancoso	1.289	1.804	2.427	3.093	3.716
Caraíva	227	540	748	767	975
TOTAL	28.505	21.128	29.995	49.633	58.500

Tabela 02 - Produção diária de lixo domiciliar do Município de Porto Seguro por localidade

Fonte: Pesquisa de campo UFC Engenharia – maio/96

¹Baixa Estação – Períodos compreendidos entre 15/03 a 30/06 e depois entre 01/08 e 15/11

²Alta Estação – Períodos compreendidos entre 01/07 a 31/07 e depois entre 16/11 e 14/03

Em Porto Seguro o lixo domiciliar representa 72,45% do lixo total produzido na baixa estação e 63,41% na alta estação (tabela 03). O lixo comercial corresponde a cerca de 30% do lixo domiciliar (AZEVEDO & SILVEIRA, 2004).

TIPO DE LIXO	BAIXA ESTAÇÃO		ALTA ESTAÇÃO	
	Porto Seguro	Santa Cruz Cabrália	Porto Seguro	Santa Cruz Cabrália
Domiciliar	49,63	6,83	58,50	8,49
Comercial	15,32	1,72	28,90	2,58
Serviço Saúde	0,51	0,01	0,97	0,15
Público	2,20	0,24	2,90	0,59
Feira	0,84	0,07	0,99	0,07
TOTAL	68,50	8,88	92,26	11,88
Entulho	15,00	2,50	17,68	2,50

Tabela 03 – Produção por tipo de lixo no município de Porto Seguro e Santa Cruz Cabrália (Ton/dia)

Fonte: PDLU/97 - CONDER

O serviço de limpeza tem uma maior atuação na área central, onde existem diversos recipientes de coleta (foto 2) e o serviço de varrição é diário. Mas mesmo assim, devido ao grande fluxo de pessoas e a falta de colaboração dos passantes, é comum encontrar garrafas, copos plásticos e sacos de lixo nas calçadas (CONDER, 1997).



Foto 2 – Recipiente de coleta na “Passarela do Álcool”

Foto: Michele Silva

Verifica-se elevados percentuais de matéria orgânica na composição dos resíduos, domiciliar 64,9% e comercial 58,5%, conseqüência dos hábitos de

consumo e dos baixos índices de industrialização da economia local (CONDER, 1997).

Devido à carência de equipamentos e a sua extensão, a orla da cidade também tem uma coleta precária. A limpeza das praias é feita pelos próprios barraqueiros, mas é comum encontrar garrafas e latas nas praias (foto 3) mais afastadas devido à carência de cestas e à falta de educação dos banhistas (CONDER, 1997).



Foto 3 – Orla norte da cidade de Porto Seguro.
Foto: Michele Silva

O serviço de varrição é feito em todas as vias pavimentadas, concentradas na área central da sede do município. As ruas são varridas pela manhã, normalmente por equipes de três pessoas, sendo duas varrendo e uma coletando. O serviço é realizado de segunda-feira a sábado e nos dias de festas (CONDER, 1997). Na tabela 5 abaixo, os indicadores do sistema de limpeza do município

Em Porto Seguro os resíduos sólidos perigosos são provenientes dos estabelecimentos de saúde. Esse lixo não recebe nenhum tratamento diferenciado (CONDER, 1997). A destinação final é realizada juntamente com os demais resíduos no aterro da cidade.

A destinação final dos resíduos da construção civil é de responsabilidade da fonte produtora. Porto Seguro vive um grande momento de expansão imobiliária, sendo comum encontrar terrenos que servem de aporte para o entulho (foto 4).



Foto 4 – Resíduo da construção civil em terreno baldio
Foto: Michele Silva

O aterro sanitário municipal (foto 5) está localizado na Bacia Hidrográfica do Rio Buranhém, a aproximadamente 17 Km da Costa Atlântica, na BR – 367 sentido Eunápolis (AZEVEDO & SILVEIRA, 2004).



Foto 5 – Aterro municipal de Porto Seguro
Foto: Marcus Bandeira

A área de 23,3ha do aterro foi selecionada através de Estudo de Impacto Ambiental – EIA e Relatório de Impacto do Meio Ambiente – RIMA. Está implantado em uma área em declive (foto 6), onde as células para os resíduos domiciliares implantadas por etapas e engastados na encosta, iniciando sua implantação da parte mais baixa para a mais alta (AZEVEDO & SILVEIRA, 2004).



Foto 6 – Área onde o resíduo é depositado
Foto: Marcus Bandeira

O aterro sanitário foi dimensionado para dispor os Resíduos sólidos urbanos, correspondentes à cerca de 180 ton/dia de lixo para o ano 2000 (AZEVEDO & SILVEIRA, 2004). Atualmente são destinados no aterro de 80 a 100 ton/dia na baixa estação e 140 ton/dia na alta estação (Informação Pessoal do responsável pelo gerenciamento do aterro, em 2008).

Assim como em Porto Seguro diversos municípios baianos, enfrentam sérios problemas com a gestão e gerenciamento dos resíduos sólidos. Exemplo disso é a Ilha de Itaparica, localizada no município de mesmo nome.

O abandono do aterro sanitário o transformou em lixão. Tanto os resíduos do Município de Vera Cruz quanto os de Itaparica são depositados no Lixão no Bairro de Baiacu, o qual pertence ao Município de Vera Cruz, sendo que este disponibiliza tal serviço mediante pagamento de uma taxa (NUNESMAIA *et al*, 2004).

Plano Diretor: ênfase nos resíduos sólidos

No Município de Porto Seguro, a Lei Municipal nº 651/06 de 17 de Novembro de 2006 aprova o Plano Diretor. Apresenta no Título IV, Da Estratégia de Desenvolvimento Municipal, seis capítulos.

O Capítulo III é destinado à estratégia de desenvolvimento do Eixo “Qualificação Ambiental”: Inciso IV - acionar os meios e instrumentos disponíveis para viabilizar a Gestão de Resíduos e Substâncias Tóxicas com vistas a melhorar

as condições de saneamento e de habitabilidade da sede municipal de Porto Seguro e dos distritos e povoados.

Os meios e instrumentos disponíveis para viabilizar a Gestão de Resíduos e Substâncias Tóxicas com vistas a melhorar as condições de saneamento e de habitabilidade da sede municipal de Porto Seguro e dos distritos e povoados serão: a) a implementação do Plano Diretor de Limpeza Urbana; b) a recuperação do aterro sanitário de Porto Seguro; c) a implantação de aterro para atender o litoral Sul do município e permitir a disposição adequada dos resíduos sólidos;

A seguir estão descritos os projetos, relacionados com os resíduos sólidos, do Município de Porto Seguro Eixo “Qualificação Ambiental” que constam no PDDU.

Planos, Programas e Projetos de Qualificação Ambiental.

Plano	Descrição
Plano Diretor de Limpeza Urbana	Implementação do Plano Diretor de Limpeza Urbana.
Plano de Coleta Seletiva e Reaproveitamento dos Resíduos Sólidos	Execução de coleta seletiva e de reaproveitamento dos resíduos sólidos.

Programa de Requalificação do Sistema de Limpeza Urbana

Projeto	Descrição
Projeto de Aterro Sanitário	Aterro sanitário para as localidades de Trancoso, Arraial, Caraíva e todo o litoral Sul;
Reciclagem Resíduos Sólidos	Reaproveitamento (reutilização, reciclagem e compostagem) de resíduos sólidos.

Programa de Educação Ambiental

Projeto	Descrição
Projeto de Educação Ambiental	Ações educativas junto à população em geral, especialmente em relação a lançamento de lixo nos cursos d' água; realização de programas nas escolas, trabalhando-se com o meio ambiente como tema transversal dos currículos e realização de campanha de esclarecimento sobre a qualidade da água e preservação ambiental junto à população.

Em entrevista com o responsável pelos resíduos sólidos, na Secretaria de Meio Ambiente do Município de Porto Seguro, o mesmo informou desconhecer os planos e projetos mencionados no PDDU do município. O mesmo citou a existência de um Plano de Gerenciamento de Coleta e Varrição no município, mas o acesso ao material foi negado.

Já com o responsável pelo gerenciamento do Aterro Sanitário, este se mostrou bastante receptivo em contribuir com o trabalho, entretanto quando questionado sobre os planos e projetos, o mesmo informou desconhecer todos. As informações fornecidas foram referentes ao gerenciamento do aterro sanitário.

Com a única ONG do município que manifestou resposta, não foi diferente: “não monitorar a execução de programas ambientais do Plano Diretor, pois até o momento não sabiam de nenhuma em execução” (Sociedade Amigos de Trancoso – SAT).

Nota-se que a questão dos resíduos sólidos ainda é tratada de formas bastante incipientes nos municípios baianos, apesar de haver diversas leis federais que tratam do assunto. O ponto crítico em gestão de resíduos urbanos resume-se numa incapacidade das políticas públicas de tocar na essência da crise ambiental, que é a questão da insustentabilidade dos padrões de relação sócio-ambiental vigentes.

CONCLUSÃO

As constantes ocorrências de disposição inadequada de resíduos sólidos em áreas consideradas impróprias constituem uma realidade em Porto Seguro cada vez mais freqüente, causando a poluição, seja da água, solo e ar.

No que diz respeito à legislação sobre resíduos sólidos, existem mais de 50 instrumentos legais tratando de múltiplos aspectos do gerenciamento dos resíduos, incluindo preocupações com o controle da poluição, a preservação dos recursos naturais e a ocupação do solo urbano. São tratados internacionais, leis, resoluções, decretos e portarias. Compete à União o disciplinamento geral da matéria, e aos municípios e ao Distrito Federal o estabelecimento de regras específicas.

No caso da cidade de Porto Seguro, a Lei Municipal nº 651/06 de 17 de Novembro de 2006 aprova o Plano Diretor. O Plano Diretor apresenta diversos planos, programas e projetos para melhorar a qualidade ambiental e a vida da sua

população ao mesmo tempo em que a cidade se desenvolve em bases sustentáveis. No entanto, tais planos, programas e projetos, por enquanto, não foram implementados pelo município. É necessário que as ações propostas sejam de fato executadas pelo poder público competente, juntamente com a população em bases legais.

O PDDU de Porto Seguro atende aos requisitos do Estatuto da Cidade apresentando seus objetivos, as diretrizes, e princípios norteando o desenvolvimento urbano. Entretanto, quando comparado ao PDDU de Salvador percebe-se que o de Porto Seguro, foi tratado de forma superficial, deixando itens de grande relevância para o Município de fora do documento, tais como: a questão Segurança Pública, Abastecimento Alimentar e Telecomunicações, dentre outros. Para a questão dos Resíduos Sólidos eles foram contemplados, entretanto falta a efetivação do que está proposto no PDDU.

Um modelo de gestão integrada de resíduos sólidos urbanos é então apresentado por Nunesmaia (2002) intitulado de Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos Socialmente Integrada e tem como suporte: 1) o desenvolvimento de linhas de tratamento (tecnologias limpas) de resíduos sólidos, priorizando a redução e a valorização; 2) a economia (viabilidade); 3) a comunicação/educação ambiental (o envolvimento dos diferentes protagonistas sociais); 4) o social (a inclusão social, o emprego); 5) o ambiental (os aspectos sanitários, os riscos à saúde humana). Nunesmaia (2002), acrescenta ainda, que a integração também concerne às categorias dos protagonistas: geradores de resíduos, catadores (badameiros e catadores de papel e de latas), municípios e cooperação entre municípios; prestadores de serviços (terceiros), indústrias (indústrias de reciclagem) e que o elemento principal do modelo é a associação da redução de resíduos em sua fonte geradora, com políticas sociais municipais.

Para solucionar a problemática dos resíduos municipais, Nunesmaia (2002), considera um dos maiores entraves à falta de coerência na escolha das diferentes modalidades de gestão, e a ineficácia na articulação integrada dos seus componentes.

As tentativas de colocar em prática um desenvolvimento sustentado têm levado os dirigentes públicos a tomar medidas que provocam mudanças nos valores vigentes da sociedade e também em seus próprios sistemas operacionais.

O processo de participação popular e de adoção das recomendações sustentáveis preconizadas na denominada Agenda 21, é o passo inicial para que as organizações públicas se incorporem ao movimento em prol de uma sociedade mais justa, sustentável e com melhor qualidade de vida.

Os governos principalmente os municipais, devem buscar caminhos na educação ambiental como instrumento para amenizar ou solucionar os problemas causados ao meio ambiente pelos resíduos sólidos

Na gestão pública sustentável, os seus participantes, sejam eles dirigentes, gerentes ou funcionários, enfrentam o problema gerencial de achar e instalar as tecnologias apropriadas para suas diferentes necessidades (SCHENINI & NASCIMENTO, 2002).

Deve-se reconhecer que os impactos causados pela nova postura ecológica ultrapassam o campo de exames do tema natureza, acrescentando os temas urbano, rural, econômico, político e cultural, exigindo que as análises e estudos que forem conduzidos na área de gestão pública deverão ser holísticos ao contemplar todos os segmentos, atores e instrumentos que participam do processo de resgate de uma vida equilibrada com o meio ambiente onde se insere (SCHENINI & NASCIMENTO, 2002).

ABSTRACT

The final allocation of adequate solid waste currently is regarded as one of the main problems of environmental quality that affects all Brazilian cities. Porto Seguro, located in the extreme south of Bahia, is one of the most important tours of the coastal State and environmental impacts caused by mass tourism are diverse. In this sense, this work has as objective to evaluate the programs, plans and projects for solid waste Plan of Urban Development Director of the City of Porto Seguro. For this was a reference survey carried out by means of literature search, informal conversation to professionals in the City Hall and documentary research bodies in the state. It was found that the condition of cleanliness of the city varies throughout the whole year due to the great influx of tourists that the city receives. Today is for the landfill from 80 to 100 ton per day in low season and 140 ton per day in high season. Regarding the Municipal Master Plan, one can infer that meets the requirements of the Statute of the City presenting its objectives, guidelines, guiding principles and sustainable urban development. It presents various plans and projects to improve environmental quality, however, such plans and projects, meanwhile, are only on paper. It is necessary that the proposed actions are in fact implemented by the public power authority, along with the population on legal fundamentals.

Key – words: Master plan, Solid waste, Waste management.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 10.004: Resíduos Sólidos – Classificação. Rio de Janeiro, 2004.

AZEVEDO, G. O. D. **Por menos lixo: a minimização dos resíduos sólidos urbanos na cidade do Salvador/ Bahia.** 2004. 146 f. Dissertação (Mestrado) - Escola Politécnica, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2004.

AZEVEDO, G. O. D.; SILVEIRA, L. R. **A Situação da Limpeza Urbana de Porto Seguro e Santa Cruz de cabrália nos 500 Anos do Descobrimento.** IX SILUBESA - Simpósio Luso-Brasileiro de Engenharia Sanitária e Ambiental. ABES - Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental, 2004

BRASIL. Estatuto da Cidade: guia para implementação pelos municípios e cidadãos. Brasília: Câmara dos Deputados, 2001.

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO METROPOLITANA DE SALVADOR (BA). **Plano Diretor de Limpeza Urbana dos Municípios de Porto Seguro e Santa Cruz de Cabrália.** Salvador: CONDER, Abril, 1997 (4 volumes).

FRESCA, F. R. C. **Estudo da geração de resíduos sólidos domiciliares no município de São Carlos, SP, a partir da caracterização física.** 2007. 134 f. Dissertação (Mestrado) - Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2007.

NUNESMAIA, M. F.; ARAÚJO, L. C.; NASCIMENTO, R. S. **Ilha de Itaparica - Leitura Preliminar da Derrocada Ambiental.** In: XXIX AIDIS, 2004, San Juan. Anais eletrônico do XXIX Congresso interamericano de engenharia sanitária e ambiental. San Juan: AIDIS, 2004.

REVEILLEAU, A. C. A. A. **Política e gestão compartilhadas de resíduos sólidos no âmbito do poder público, do empreendedor e do consumidor: responsabilidade socioambiental e sua implementação.** 2007. 282 f. Dissertação (Mestrado) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007.

SANCHES, M.C. G. **Valoração do Serviço de Destinação Final dos Resíduos Gerados pela Indústria da Construção Civil no Município do Salvador – BA.** 2004. 221f. Dissertação (Mestrado) Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília, Distrito Federal, 2004.

SCHENINI, P. C.; NASCIMENTO, D. T. Gestão Pública Sustentável. **Revista de Ciências da Administração**, v. 4, n.8, jul./dez. 2002.

Publicado, em 22 de agosto de 2010, na www.revistapindorama.ifba.edu.br